



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

PSICANÁLISE NAS SITUAÇÕES SOCIAIS CRÍTICAS

INGRID ANGELI PANAGASSI

Serviço de Acolhimento Familiar de crianças sob a ótica racial: Um estudo de caso

São Paulo
2023

Ingrid Angeli Panagassi

Serviço de Acolhimento Familiar de crianças sob a ótica racial: Um estudo de caso

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Curso de Especialização “Psicanálise nas situações sociais críticas”, como exigência parcial para a obtenção do título de ESPECIALISTA em Psicanálise em situações sociais críticas, sob orientação do Prof. Dr. Fábio Franco.

São Paulo
2023

1. INTRODUÇÃO

O serviço de acolhimento foi instaurado no Brasil em 1990 pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como forma de medida de proteção prevista para crianças e adolescentes que precisam ser afastados temporariamente de suas famílias de origem. Esta medida é excepcional e provisória e o tempo máximo de permanência do público em abrigo estipulado pelo estatuto é de um ano e meio (18 meses).

Apesar da promulgação do ECA em 1990, a herança de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil é anterior a isso, e aparece desde a invasão dos Portugueses em nosso território. Diante da história colonial escravista do país, que não ofereceu às pessoas ex-escravizadas – será que escravos se tornam ex escravos? - e a suas famílias, políticas públicas de reparação e inserção social. Esse fato se reflete até hoje e pode ser visto a partir dos dados que mostram que 64,3% das crianças e adolescentes acolhidos são pardos e pretos, segundo o Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento em 2020. Na obra de Souza (2021) intitulada “Tornar-se Negro”, a autora retrata o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial de 1978, analisando como o Estado é responsável pelas precárias condições de vida da população negra, e como políticas públicas de reparação de danos, desde essa época – e anterior a ela – já eram reivindicadas. Silva (2017, p.84), também autora de textos sobre o racismo, escreve em seu artigo “Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros” que:

“O racismo ronda sua existência na condição de um fantasma desde o seu nascimento, ninguém o vê, mas ele existe; embora presente na memória social e atualizado através do preconceito e da discriminação racial, ele é sistematicamente negado, se constituindo num problema social com efeitos drásticos sobre o indivíduo.”

Pensando sobre o perfil de crianças em acolhimento, vale ressaltar que o acolhimento, segundo o ECA (Lei n.º 8.069, 1990) é a sétima medida protetiva, e será realizado após se esgotarem as possibilidades de manutenção segura da criança na família de origem. Nessas situações, o Estado tem o dever de garantir, ainda que temporariamente, cuidado e proteção integral para crianças e adolescentes por meio de serviços de acolhimento. Legalmente, existem três modalidades de proteção existentes atualmente no ECA, sendo o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, a referência de modalidade que será usada no presente artigo.

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é uma modalidade de acolhimento que visa oferecer proteção integral às crianças e adolescentes que precisam ser afastados temporariamente de sua família de origem ou extensa por medida de proteção. Este serviço é prioritário ao acolhimento institucional pensando no desenvolvimento integral de crianças, já que

estas, serão cuidadas – por até 18 meses - por famílias selecionadas e capacitadas até seu processo jurídico ser definido, sem estabelecer qualquer vinculação de filiação. Essas famílias são parte do Serviço de Acolhimento, onde são acompanhadas por uma equipe de psicólogos e assistentes sociais até o retorno da criança para a família de origem, porém se esgotadas às possibilidades, as mesmas são direcionadas para a adoção. Apesar da criança conviver na casa da família por mais de um ano, a família acolhedora não pode adota-la. É compreendido que o acolhimento familiar é um projeto social, e a adoção um projeto de vida e de família.

Para ser família acolhedora é necessário cumprir os determinados pré-requisitos:

- I. Pessoas maiores de 25 anos, dos mais diversos arranjos familiares, com rede de apoio familiar;
- II. Não estar no Cadastro Nacional de Adoção, nem cônjuge (Lei n 13.257, 2016);
- III. Ter a concordância dos outros membros da família para a participação;
- IV. Não ter antecedentes criminais, comprometimentos psiquiátricos graves e dependência química;
- V. Diferenciar projeto de família X projeto de vida;
- VI. Ter disponibilidade de tempo para os cuidados com a criança e para o acompanhamento da equipe técnica;
- VII. Comprometimento com os cuidados da criança até seu retorno para a família de origem ou encaminhamento para adoção.

2. JUSTIFICATIVA

O objetivo da realização desse artigo é explorar, a partir da análise de um caso, a importância das despedidas e a da permanência das marcas corporais em crianças que passaram pelo acolhimento familiar, retornaram para a família de origem e depois foram direcionadas para a adoção. A partir da minha experiência como psicóloga em um Serviço de Acolhimento Familiar na cidade de São Paulo, pude acompanhar inúmeros casos de crianças de zero a seis anos – especificidade do serviço em que trabalho - durante o acolhimento e após, quando esta retorna a família de origem, já que em casos de adoção o responsável pelo acompanhamento é o judiciário.

A escolha deste caso se deu a partir das adversidades e dificuldades, considerando que a criança em questão vivenciou inúmeras experiências ao longo de dois anos de vida. Durante o trabalho pude pensar em questões como a importância de despedidas bem cuidadas, porém (talvez) nunca superadas, o racismo e a adoção inter-racial. Além disso, repensar sobre minha atuação no que se refere a redução de danos, avaliando os inúmeros lutos possíveis para uma criança viver, e escrever, vivenciando o luto do analista sobre a importância do registro como forma de memória, assim como Gagnebin (2006, p.97) em sua obra “Lembrar escrever esquecer” aponta:

“Na história, educação, na filosofia, na psicologia o cuidado com a memória faz dela não só um objeto de estudo, mas também uma tarefa ética: nosso dever consistiria em preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens”

Desta forma, minha escrita tem como objetivo levar adiante a tarefa ética da psicologia em não deixar uma memória virar esquecimento de uma forma não cuidada. Minha atuação no caso a seguir, tem como premissa a preservação da história de uma criança de dois anos que passou no serviço de acolhimento familiar no qual faço parte.

3. CASO P.

P. ingressou em acolhimento familiar com aproximadamente um mês de vida, pelo motivo judicialmente posto em relatório: "Abandono pelos pais ou responsáveis". P. chegou encaminhado de um hospital municipal da região central de São Paulo - local de atuação do serviço de acolhimento familiar tratado - com o seguinte recorte: *"Informamos que neste dia e horário deu entrada neste hospital a mulher V., trazida pelo SAMU resgatada no centro de São Paulo após parto domiciliar de recém-nascido. A genitora é usuária de substâncias psicoativas e não realizou pré-natal. Segundo a genitora, o genitor é empresário da região central, mas não sabe o paradeiro dele."*

Após dois dias, V. recebeu alta e deixou o hospital acompanhada de A, sua irmã de primeiro grau. V. retornou por uma semana para amamentar P. mas, por observação das técnicas do hospital onde a criança estava e por questões de vulnerabilidade e uso abusivo de substâncias, P. necessitava ser institucionalizado. Para isso, foi realizada uma conversa com a genitora que explicasse as eventualidades processuais, a partir daí, V. indicou sua irmã A. para cuidar e garantir os direitos de P. Desta forma, o processo foi judicializado em uma Vara da Infância e Juventude. Ao chegar à demanda no serviço, uma família acolhedora com vaga disponível para acolhimento se disponibilizou para realizar os cuidados do bebê até o processo jurídico ser definido pelos seguintes meios: retorno familiar ou adoção. Conversei com o bebê sobre seu destino, expliquei que a família cuidaria dele enquanto a dupla referenciada cuidaria de sua família e história.

O Serviço de Acolhimento Familiar referenciado é dividido entre duplas, uma psicóloga e um assistente social para facilitar a divisão de funções e trabalhos. A psicóloga, dentre outras demandas, fica responsável pela orientação para as famílias acolhedoras em relação aos cuidados com cada criança, acompanhamento médico e terapêutico das crianças, supervisão individual das famílias acolhedoras e suporte frente às demandas que apresentam de forma remota e presencial. Já o assistente social, responsável pela busca ativa pelas famílias de origem e/ou extensas, mobilização e convocação da rede de serviços para discussão e planejamento de intervenções com a criança e suas famílias. O trabalho, apesar de dividido, em muitos momentos é também realizado em conjunto, em casos de apoio a cada família de origem e/ou extensa e família acolhedora, por meio de encontros de acolhimento na sede, visitas domiciliares, acompanhamento aos serviços da rede durante e após a saída do serviço.

Foi nesse serviço que P. foi avaliado e observado e, de acordo com a opinião dos técnicos do serviço e avaliação médica, apresentava um desenvolvimento adequado para sua faixa etária, mesmo assim foi encaminhado para um CER (Centro Especializado em Reabilitação), devido à exposição à sífilis na gestação. Enquanto P. permanecia em família acolhedora, os técnicos do serviço de acolhimento familiar foram em busca de sua família de origem/extensa como prevê o artigo 19 do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA):

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

De início, V. foi localizada a partir de uma busca ativa na região central de São Paulo. A partir daí, foi realizado um atendimento psicossocial na rua onde a genitora residia. V. nos contou sobre a impossibilidade de cuidar de P. considerando seu momento de vulnerabilidade e negligência estatal perante seus direitos, mas, assim como no hospital, indicou A. para cuidar do bebê e, desta forma, garantir a convivência e permanência no seio familiar.

Após esse primeiro contato com V. iniciamos a busca por A. que prontamente demonstrou interesse pela guarda de P. Nesse sentido, foram explicadas questões envolvidas no processo judicial, sobre a modalidade de acolhimento de Famílias Acolhedoras e apresentado o desejo de conhecer as motivações de cuidado com o sobrinho.

A., tia materna de P., é uma mulher preta de 22 anos, residente da área periférica da grande São Paulo. Trabalha em uma indústria têxtil e reside com seu irmão J., tio de P. A família é composta por mãe e pai falecidos, A. e J. que residem juntos, V. atualmente em situação de vulnerabilidade e exposta aos perigos da rua, e outro irmão que se encontra recluso no sistema penitenciário e, como a maioria dos presos, sem julgamento. Nessa conversa A. garantiu não se sentir na obrigação e nem forçada a exercer os cuidados, ressaltou o desejo de cuidar de P. para manter o bebê em família, *"não quero perder mais um do meu sangue"*.

A partir da conversa com A, foi iniciado o processo de articulação de rede de moradia e o início do envio de vídeos, recurso utilizado nesse serviço para a gênese do reconhecimento e elaboração da vinculação, neste caso, de quem nunca esteve junto ou frente aos cuidados. No entanto, logo no primeiro contato virtual, o relato da família acolhedora foi: *"ele arregalou um olho quando olhava e ouvia a voz dela"*. Nesse momento, foi gravado um vídeo de P., posteriormente enviado para A. que se emocionou e comentou: *"ele cresceu, engordou, os cabelos estão cacheados e tem covinha na bochecha igual a mim"*. A identificação de A. com o

bebê é reconhecida, segundo Freud (1920), como a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva a uma outra pessoa. Paralelo ao início de trocas de fotos e vídeos, eu conversei com P. sobre seu processo, garantindo a compreensão e direito de conhecimento deste, independentemente da faixa etária.

Como segunda etapa, foram introduzidas chamadas de vídeos entre a tia materna e o sobrinho. A. explicou para P. que o conhecia desde o nascimento, que esteve no hospital e que apresentava o desejo de aninhá-lo em seus braços. Contou quem ela era e que iniciaria com ele contatos mais estreitos para que eles se conhecessem melhor. Realizamos esses encontros por duas semanas, em uma frequência de duas vezes na semana - intercalando chamadas de vídeo e trocas de fotos - e, seguido a isso, promovemos o primeiro encontro presencial entre ambos.

Anterior ao horário do encontro entre tia e sobrinho, realizei um atendimento com A. que contou de desentendimentos com o irmão e o desejo de residir sozinha. No momento em que P. chegou ao lugar neutro que foi planejado para a união de ambos, A. o pegou no colo de forma carinhosa, conversou, brincou, trocou sua fralda, deu mamadeira e o fez dormir, foi observado que P. não estranhou tais ações em nenhum momento. A família acolhedora foi orientada a contar da rotina de P. para que a tia se sentisse apropriada dos cuidados e do dia a dia da criança mesmo que ele estivesse institucionalizado.

Do mês de dezembro a março, realizamos encontros presenciais e vivenciais entre ambos, porém, em março de 2020, a pandemia de COVID-19 assolou o mundo e fomos obrigados a pensar e repensar novas formas de manutenção dos vínculos sem colocar em risco a saúde de todos os envolvidos - e não envolvidos - no processo. Pensando nisso, aumentamos a frequência de videochamadas em diferentes horários do dia para que A. se sentisse apropriada dos diversos momentos da rotina de P. A tia materna brincava, lia livros, cantava, o observava dormindo, almoçando, tomando banho etc. Todas as ações eram mediadas pela equipe técnica do serviço e o sigilo era preservado entre os envolvidos no processo.

Após dois meses de contatos intensos de maneira remota e articulação da rede de serviços da região de moradia de A., em maio, retomamos os encontros presenciais seguindo todos os protocolos de prevenção do COVID-19. De início, realizamos os encontros na sede do serviço de acolhimento familiar, depois buscamos o bebê na casa da família acolhedora e realizamos o processo de aproximação na casa da própria tia. O tempo de permanência nessas visitas era prolongado, a partir de uma avaliação técnica de como a criança permanecia no espaço. Era visto

que A. e P. apresentavam intensa vinculação. A. se apropriou dos cuidados do bebê adequadamente, conversava, o respeitava, acolhia seus desejos e vontades, se posicionava e apresentava limites e, em nenhum momento, escondeu a sua história de vida - contava das dificuldades de V., genitora de P., para cuidar dele satisfatoriamente, pois ela também precisava de cuidados naquele momento.

Depois de nove meses de acolhimento familiar - previsto no ECA em até um ano e meio - P. foi reintegrado ao seio familiar. Nesses meses, foi promovida a criação de vínculo do bebê em família extensa, articulada a rede da região de moradia (saúde, educação, residência, assistência social e apoio financeiro no valor de R\$500,00 financiado por um banco parceiro do serviço de acolhimento por um período de seis meses), realizados atendimentos com a rede de apoio de A. e foi compreendido que, naquele momento, P. estava pronto para viver em sua família.

No dia da reintegração, a família acolhedora entregou as documentações da criança e o álbum da instituição. Toda a história de vida familiar e pessoal de P., assim como suas principais experiências são registradas em um álbum construído pela família acolhedora com a ajuda da equipe do serviço de acolhimento. Esse álbum pertence à criança, que o acompanhará mesmo após o desligamento da instituição, essa ação é uma tentativa de permanência de lembranças e a sensação de continuidade do fio da vida. O álbum é elaborado como um instrumento auxiliador, que ajuda a criança se apropriar de sua história, se apresentar e contar sobre si de maneira legítima, sem esconder suas origens e nem apresentar vergonha destas.

Como praxe do nosso serviço, realizamos em uma semana o reencontro de família acolhedora com bebê com o propósito de compreensão de que não houve abandono, e sim uma reintegração cuidada e pensada pelos técnicos no caso a caso. P. demandou colo de todos os envolvidos, sorriu, brincou e na hora de se alimentar ou trocar a fralda, se referenciou a tia materna para a realização das demandas, demonstrando intensa vinculação.

Ao longo de seis meses de acompanhamento após retorno familiar - tempo que o serviço acompanha nesses casos - realizamos visitas domiciliares, chamadas de vídeo, encontros com P. individualmente e com A. da mesma forma. Utilizamos da tecnologia para acompanhamento semanal da família que se mostrava apropriada e afeiçoada.

No último mês de acompanhamento e após envio de relatório da equipe técnica pedindo a guarda definitiva à tia, a mesma nos informou sobre suas grandes e intensas mudanças em sua vida. A. foi dispensada do trabalho por faltas - P. demandou idas em consultas e hospitais por

conta de gripes e rinites, considerando o mofo exposto na casa-. Além disso, rompeu seu vínculo com J. e o mesmo saiu de sua residência. A. relatou cansaço absoluto com as demandas de P. por abstenção da rede de apoio - não tão sólida - que ela contava, noites mal dormidas, problemas financeiros (dívida do aluguel, falta de fralda, leite, transporte e cuidados para ela, como alimentação adequada e consultas de rotina), *"ele merece uma vida boa que eu não estou conseguindo dar"*.

No momento em que A. demonstrou e verbalizou as dificuldades até então não observadas pela equipe, a convidei para dois atendimentos presenciais para compreender fidedignamente a complexidade e me disponibilizar a ajudá-la em aspectos que, se manifestados, poderiam ter sido percebidos antes pela equipe, porém, com o entendimento que o sofrimento também pode ser manifestado a partir de um silêncio. A tia materna apresentou um esgotamento mental e físico quanto aos cuidados de P., e, mesmo assim, ainda cuidava do bebê de forma primordial, e ele, da mesma forma, a buscava em todos os momentos, chorando na ausência da mesma e sorrindo quando a encontrava.

A. introjetou e representou a função materna para P., atendeu suas necessidades primordiais e apresentou o mundo da forma que a observava. De acordo com Musatti-Braga (2015), Lacan conceitua que a mãe é a figura que, inicialmente, ao alimentar, banhar, vestir, acaba por alimentar com o desejo, banhar com a linguagem e revestir num circuito pulsional. Amamenta e, pensando talvez estar oferecendo só o leite ao nenê, lhe canta uma cantiga, comenta dos seus olhos, mexe na sua mãozinha, lhe conta em segredo do que gosta e com que sonha, ou confessa em seus ouvidos seus assombros e temores, diz o que ele está sentindo e do que está precisando e, assim, vai fazendo com que esse serzinho seja apresentado a uma vida que é pulsional, uma vez que o gozo não é outra coisa que a relação desse ser falante com seu corpo.

Apesar das tentativas ininterruptas de manutenção da convivência familiar e comunitária, as dificuldades territoriais, financeiras e o sofrimento da mulher negra perante uma sociedade patriarcal e racista foram determinantes na entrega de P. A. foi inviabilizada por dificuldades que poderiam ser superadas a partir de investimentos em políticas públicas e é por essa razão que Gonzalez (1982) nos aponta que, no Brasil, ser negra e mulher significa ser objeto de uma tripla discriminação; os estereótipos produzidos pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais baixo de opressão. Além disso, no modelo de formação do ego, A. não lhe escapou nenhuma das características básicas do modelo racista e capitalista. Seu ideal do ego é fundado na dupla

opressão: a de classe, por ser mulher, e a de cor por ser preta. Este ego fragilizado é em grande parte construído por um ideal dominante, o branco e isso seria inatingível.

Além da história de acolhimento de P., sua tia materna tentou romper com a repetição do histórico de sua família relacionado ao cuidado e a perda de pessoas próximas que foi considerado traumático e determinante quando A. decidiu assumir os cuidados da criança dizendo que não queria perder mais um de sua família. Gagnebin (2006) considera que é próprio da experiência traumática a impossibilidade do esquecimento e tendência a repetição. Pensando nisso, assim como A., inúmeras famílias de origem de crianças acolhidas são marcadas por perdas geracionais insuperáveis que são transmitidas também para as crianças que podem, ou não, em determinado momento romper com o ciclo de vulnerabilidade e reincidência. Souza (2021), aponta que em uma sociedade multirracial, racista, de hegemonia branca, o “a posteriori” se produz quando o negro enfrenta peito aberto as condições concretas de opressão em que está imerso, e, neste caso, coube a A. reconhecer as dificuldades enfrentadas socialmente pelo modelo desta sociedade.

Pedi para que A. no dia de retorno de P. levasse uma carta a próprio punho, ritualizando que, os momentos em que o bebê viveu em família foram de diversão, amor, cuidado e felicidade. As dificuldades sociais impostas ao cuidado de P. foram determinantes nesse retorno, porém, P. iria ter a certeza de que isso não era a representação de um abandono. Dentre diversas passagens, A. contou na carta *"você deve ta se perguntando o porquê de não ta comigo hoje e eu quero te falar que eu tentei, tentei muito, que eu fiz de tudo para ficar com você meu amor" e "eu só quero que você me desculpe e que entenda que essa decisão não foi para o seu mal eu juro eu sempre quis cuidar de você meu bem mas eu não consegui me desculpa juro que tentei muito"*

Podemos observar nesse relato acima o quanto A. estava entristecida e culpada por sua decisão quanto ao retorno da criança e a impossibilidade do cuidado. Na obra de Freud (1917), “Luto e Melancolia”, o autor aponta que no luto, o mundo se torna vazio devido à ausência da pessoa amada, já na melancolia é o próprio eu que se esvazia, que não tem mais forças de se recompor, de viver novamente. Para ele, a melancolia tem como afeto correspondente o luto, o desejo de recuperação de algo que foi perdido afeta na “perda da vida pulsional”, e esse luto pode gerar a uma grande ferida psíquica do qual a libido escoa, num modo análogo ao da dor (FREUD, 1917).

A partir da minha escuta dos relatos e observações, avalio que A. estava passando por um

processo de melancolização relacionado a perda de um elo entre a pessoa e objeto, sem motivação para a vida e um esvaziamento do ser mulher, sem a função social da cuidadora posta socialmente para todas. De acordo com Butler (1997), a melancolia é uma rebelião aniquilada e ela se recusa a reconhecer a perda, nesse sentido, preserva seus objetos perdidos como efeitos psíquicos. A., já era silenciada no processo – e na sociedade - por ser uma mulher preta periférica e apresentava sinais de melancolia anteriores ao próprio retorno de P.

Neusa Souza (2021, p.73) relata a partir de suas experiências que:

“Frente à constatação dramática da impossibilidade de realizar o ideal, o negro vislumbra duas alternativas genéricas: sucumbir às punições do superego ou lutar [...] A primeira alternativa genérica é representada pela melancolia, em seus diferentes matizes e gradações. Aqui, o sentimento de perda da autoestima é o dado constante que nos permite unificar numa mesma categoria – melancolia – as diferentes feições dessa condição psicopatológica que denuncia a falência do ego...Uma parte da autoestima é primária – o resíduo do narcisismo infantil; outra parte decorre da onipotência que é corroborada pela experiência (a realização do ideal do ego), enquanto uma terceira parte origem da satisfação da libido objetal”

No trabalho com famílias de origem, observo que estas são tomadas pela baixa autoestima e sentimentos de culpa pelas situações que foram impostas ao acolhimento e permanecem sem o apoio de um Estado que ou as obriga a cuidarem sozinhas dessas crianças, sem demandar ajuda ou - em caso de recorrer ao apoio - com medo constante de seus filhos serem retirados novamente. E, nesse primeiro exemplo que enquadro A., não apresentou demanda para que criança não fosse destituída o que culminou em um esgotamento de ações técnicas e o retorno de P.

Ao retornar ao acolhimento, P. foi recebido pela mesma família acolhedora que cuidou dele pela primeira vez. O bebê havia crescido, já era uma criança de um ano e seis meses, que demonstrava de forma mais intensa suas vontades, apresentava um choro mais forte e desejos diferentes do primeiro acolhimento. Nesse retorno consegui trabalhar com P., de forma cuidadosa, o processo que ele estava passando. Durante os atendimentos com a criança, mostrei o álbum com fotos de A., brinquei com personagens pretos da história, criei narrativas de acolhimento e cuidado e construí o "Mural do P." com fotos de todas as suas referências de cuidado, sua genitora, sua tia materna e a família acolhedora. Este mural ficou exposto em uma parede na qual P. poderia manusear, desenhar, criar e se expressar perante essas figuras importantes em sua vida.

P. rasgou e rabiscou quase todas as fotos de A. nos atendimentos. Por meio desses gestos, compreendi que a criança vivenciou de forma intensa o sofrimento do luto e o rasgar/rabiscar era

a forma de manifestação da angústia. Realizei com P. três tentativas de construção do mural, e apenas na quarta vez ele mostrou-se aberto para colar as fotos e observar sua história contada na parede. Ao longo desses atendimentos, conversei com P. sobre sua história e sobre seu sentimento legítimo de raiva e tristeza, dando espaço para sua elaboração.

Além disso foi elaborada com P. sua "História que cura". Trata-se de uma narrativa de ficção, desenvolvida pela psicóloga do serviço de acolhimento familiar, baseada na história de vida real da criança, permitindo que esta acesse sua trajetória de maneira não literal, através de personagens que o representem. Através do recurso lúdico e da fantasia podemos dar nome (palavras) àquilo que a criança viveu e sentiu. Segundo Sanches (2010), poder nomear sentimentos por meio de histórias abre caminho para que estes possam ser vivenciados com menos angústias e não se tornem sintomas. Apesar da função de acesso a história, vale o questionamento quanto ao curar. Uma história cura o rompimento com a família de origem? Este pode ser superado em algum momento? Qual o limite da narrativa para curar?

P. em sua história era um tubarão (animal pensado por seus dentes pontudos. Contamos sua história retratando as dificuldades de cuidado que a família tubarão apresentava e os perigos do mar onde essa espécie viveu e, por conta disso, precisou de uma família de baleias (família acolhedora) para realizar seus cuidados até que a sua definitiva chegasse. Criei essa história exclusivamente para P., pensando em seu caso específico, e deixamos esta a mostra. P., de início, pisoteava e jogava os itens para longe, sem desejo sequer de escutar. Compreendi essa manifestação reativa e respeitei o espaço de P. naquele momento.

Após a impressão de várias histórias, posicionamento em lugares de fácil acesso e insistência tanto da minha parte, tanto da família acolhedora, depois de um mês, P. pediu para os adultos de referência lessem a história para ele. A história foi lida em momentos solicitados pela criança e antes dela dormir, fielmente. P. a escutava de forma ativa. Em um dia de atendimento com P. retomei a história com fantoches e desenhos, encenando o tubarão e as baleias, e, após duas leituras, P. retornou para as páginas nas quais falávamos sobre sua tia A. Compreendi a necessidade de falar sobre esse momento e retomar sua história de luto e rupturas - conjuntura histórico social que a criança acolhida enfrenta - mas também de amor e construção.

Considerando a necessidade de P. estar em família e a pressa dos adultos envolvidos no processo (serviço de acolhimento, família acolhedora, judiciário), foi determinada a colocação da criança em família substituta após oito meses do seu retorno do seio familiar. Será que P. estava

pronto para novas chegadas em sua vida que, perante a sociedade, iria representar sua família? Será que, em algum momento, esse luto de retirada da família de origem será superado ou é prepotência demais dos adultos envolvidos? A forma que o estado lida com as perdas é considerando o tempo da criança ou a pressa da fila dos pretendentes à adoção? Essas foram algumas dúvidas que me afetavam diariamente durante minha atuação.

Posteriormente ocorreu a chegada de S. e T., a família que aguardava na fila de espera da adoção para adotar uma criança de até dois anos, cor indefinida e sem questões de saúde. Conversei com os pretendentes informando sobre a história pregressa de P., sobre os diálogos sinceros que tínhamos com a criança sobre o desejo e impossibilidade de cuidado de sua família de origem, sobre a chegada de uma nova família que pudesse cuidar e sobre a não obliteração de sua história de vida, que, apesar de dificuldades e sofrimentos, havia sido regada de tentativas de cuidado e de violências estatais. Após oito meses de retorno ao acolhimento, iniciamos o processo de aproximação de P. com S. e T., compreendendo que o processo de luto e chegada de novas referências estava sendo construído, mas possivelmente não superado (ou insuperável?).

De início os encontros foram realizados na sede do serviço, sem qualquer tipo de nomeação. Conversei com P. anteriormente ao encontro explicando que duas pessoas especiais queriam conhecê-lo e brincar com ele. T. era uma mulher que apresentava comportamentos ansiosos, uma dificuldade em respeitar os desejos de P. e acabava por invadir os espaços da criança em determinados momentos, o que fez com que P. se distanciasse dela em algumas situações. Já S. apresentava comportamentos mais calmos e tranquilos, respeitava o tempo de P., sustentava seu silêncio e choro sem a apresentação intensa de estímulos.

Considerando que a família adotiva era branca, sendo P. uma criança preta, conversamos com eles sobre o racismo no Brasil, situações em que a família - por ser branca - nunca vivenciou anteriormente e sobre os cuidados com a pele e o cabelo. Além disso, indicamos literaturas com personagens de representatividade negra para a família e criança. Após algumas semanas de encontro na sede do acolhimento e a abertura de P. para os afetos, como a diminuição do choro, aceitação de banho e almoço, S. e T. foram incluídos na “História que Cura” de P., como uma espécie de tartarugas que desejaram e aguardaram muito para cuidar de um tubarão. A leitura continuava sendo feita com P., e após encontros presenciais e avaliação técnica, por meio da contação de história, nomeei S. e T. como pai e mãe de P. No dia da nomeação P. esboçou um sorriso e continuou brincando, mas, neste mesmo dia à noite, a família acolhedora contou que a

criança retornou ao mural e retirou da parede todas as fotos, incluindo as de A.

A família acolhedora relatou que as noites seguintes foram conturbadas, que P. buscava mais pelo colo e apresentava choro com maior frequência. Realizei acompanhamento constante com a família e os orientei quanto ao momento de luto que a criança estava vivendo, que os sentimentos se apresentavam de forma ambígua e para isso indiquei o livro "monstro das cores" em que era relatado a história de um monstro que tinha dificuldade em organizar os sentimentos e nomeá-los. Além disso, é sabido que devemos respeitar e compreender este momento, dando mais carinho e nomeando as dores e felicidades. P. também tinha o direito de escutar sobre sua tia novamente e a não possibilidade de cuidado e desta forma a família o fez. Em observação da criança, compreendo que o momento de nomeação de S. e T. como pai e mãe ressoou na criança a impossibilidade oficial de retorno à tia, gerando comportamentos de desorganização e raiva por esta não conseguir cuidar dele.

Nos dias em sequência, o processo de aproximação com a família adotiva continuava e a família acolhedora mantinha a conversa e auxiliava P. com a nomeação dos sentimentos. P. observava as duas famílias em conjunto, começando a passar mais tempo com S. e T. na casa que também seria sua ao encerrar o processo de aproximação. S. e T. apresentavam um discurso sobre o respeito com a família de origem de P. porém, de uma forma discreta, verbalizaram frases quanto ao cabelo da criança "*Nós podemos dar uma aparada?*" e sobre sua cor da pele "*Ele nem é tão negro assim*".

Apesar das constantes conversas com a família sobre o racismo instaurado na sociedade, com o passar do tempo, pudemos compreender que a família de P. também seria uma família que apresentava um discurso de "igualdade" sem conhecimentos do privilégio que é ser branco em um Brasil racista. Minha preocupação com P. era quanto ao embranquecimento da sua própria raça e hereditariedade, dele se tornar "branco" em uma família também branca, de forma que perdesse sua origem e ocorresse um apagamento de sua história e identidade, assim como apresentou Fanon (2008, p.62), no livro *Pele Negra, Máscaras Brancas*:

"Branquear a raça, salvar a raça, mas não no sentido que poderíamos supor: não para preservar "a originalidade do pedaço de mundo em cujo seio elas cresceram", e sim para garantir sua brancura."

Como psicóloga social, é difícil não enxergar o racismo como algo desumano e inacreditável na sociedade em que vivemos, mas, segundo Freud citado por Marie (2009) é preciso criar coragem de enfrentar a doença, o passado, para esclarecê-los; para, afinal,

compreendê-los, mesmo que tal compreensão não passe por uma cadeia de argumentos lógicos e deduções meramente racionais. Desta forma, compreendo que represento uma função social de explicar os malefícios e o ato criminoso que é a discriminação, seja ela de qualquer espécie.

Para além disso, o cabelo de P. que era “Black” representava a construção da identidade negra e a identificação com sua tia, que também apresentava o mesmo cabelo e valorizava seus cachos diariamente. Sua cor de pele também era como a da tia, fato que criava um maior pertencimento da criança em espaços compartilhados. P. se identificava e se reconhecia, como aponta Lacan (1949) quanto a experiência do Estágio do Espelho. Na experiência de descoberta feita pela criança de mais ou menos um ano e meio ao se ver no espelho e descobrir seu corpo unificado, é importante ter a presença do Outro que sustenta essa imagem, validando o corpo.

Considerando o processo do Estágio do Espelho teorizado por Lacan, devemos refletir sobre a imagem da criança negra e o espelho no livro “A Cor do Inconsciente” de Isildinha Baptista (2021, p.123), em que a autora relata sobre a particularidade do caso da criança negra envolvendo o fascínio que essa experiência produz acompanhado, simultaneamente, com uma repulsa à imagem que o espelho oferece, pois, a criança negra reluta em aderir essa figura que não é a de desejo da mãe:

“O que Lacan chamou de identificação primordial com uma imagem ideal de si mesmo, na experiência da criança negra ocorre de forma conturbada, porque a imagem que o espelho lhe dá exige, para ser introjetada, uma operação suplementar de idealização: é preciso projetar nessa imagem um ideal de “brancura” para afastar dela o componente de rejeição que a pele envolve, no desejo materno.”

Esse foi um processo pelo qual P. pode ter passado ao lado de sua tia materna, que, fisicamente, era semelhante a ele e corroborou para sua unificação, porém compreendendo a dor de ser uma mulher preta que vivenciou diversas violências e que não queria reproduzi-las ao sobrinho de forma que prejudicasse seu estar no mundo.

Mesmo com algumas dificuldades no processo de aproximação, após o tempo considerado necessário perante o estado, P. despediu-se do serviço de acolhimento levando consigo sua “História que Cura”, instrumento que o acompanhou durante toda sua medida de proteção e o ajudou a elaborar sua história com apoio de personagens na qual demonstrava muito apreço. Além disso, carrega em si a certeza de um processo no qual foram esgotadas as possibilidades de permanência em família de origem, mas, que com todas as adversidades e espaço onde transitou, sempre recebeu amor, cuidado e proteção. P. também carrega marcas em seu cabelo, cor de pele e no corpo e são elas que permanecerão pelo resto da vida.

Quanto a A., de início, compartilhamos com ela o caminhar processual de P., enviamos uma carta, um álbum e fotos da criança, além de uma pintura com seus pés e mãos. Após isso, depois de alguns meses, realizei uma visita domiciliar a A. que havia se mudado de território, estava namorando e com um emprego novo. Contamos para a tia sobre P. e mostramos fotos dele atualmente. A. ficou impressionada com o tamanho da criança e nos perguntou sobre o cabelo dele, "a família cortou?". Sem respostas, percebi que gaguejei ao responder, mas disse que sim, que não conseguimos mais garantir esse cuidado após a adoção ser formalizada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retornar ao meu território, retomo a minha prática quanto psicóloga e o silenciamento perante a situações acobertadas que sinalizam o racismo presente em nossa sociedade. O cabelo de P. não era apenas um cabelo, era o carregar da sua origem e de seus ancestrais dentro de uma família branca que não compreenderá e nem vivenciará as mesmas experiências da criança. Aqui coloco minha experiência ao escrever e vivenciar um luto como analista, do que considere ideal para o início da história de P., e deter experiências para seguir no trabalho diário com outros casos, assim como Gagnebin (2009, p.105) nos encoraja a seguir:

“Em oposição a essas figuras melancólicas e narcisistas da memória, Nietzsche, Freud, Adorno e Ricoeur, cada um no seu contexto específico, defendem um lembrar ativo: um trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado, realizado por meio de um esforço de compreensão e de esclarecimento – do passado e, também, do presente. Um trabalho que certamente, lembra dos mortos, por piedade e fidelidade, mas também por amor e atenção aos vivos.”

Considero que esta seja a minha função também ao escrever esse texto, continuar trabalhando e depositando minha atenção aos vivos e aos que ainda passarão - infelizmente - pelo acolhimento, em uma espécie de "narrador sucateiro", no dizer de Gagnebin (2006), que terá como tarefa recolher não os grandes feitos, mas os restos. Deverá recolher o que não tem sentido nem importância, o que escapa à história oficial e o que não é dito em um processo para o judiciário do nosso país. Aliás, mesmo ao encerrar esse texto ainda me questiono sobre a preocupação do judiciário quanto a essas crianças e famílias. O que importa a eles? O retorno a família de origem é de fato prioritário para os atores do direito ou as famílias de origem já são desconsideradas a partir de uma não escuta e identificação do ciclo de repetição?

Quanto a A. me deparei com sentimentos de uma mulher em possível estado de melancolia, com sentimentos de culpa, inferioridade, insegurança e reconhecimento pessoal de incapacidade perante aos cuidados. Em Tornar-se negro, Neusa Souza relata que esses são alguns dos sentimentos possíveis que “atormentam aqueles cujo ego caiu em desgraça diante do superego”. E, “a distância entre o ideal e o possível cria um fosso vivido com efeito da autodesvalorização, timidez, retraimento e ansiedade fóbica”. Esse trabalho abriu margem para questionar muitas das minhas atuações como psicóloga e uma delas foi relacionada ao embranquecimento de histórias. Enquanto profissional desse serviço me voltei para as histórias que curam já criadas para outras crianças e em especial para a de P.

O animal escolhido para a história dele foi um tubarão, em referência a seus dentes pontudos, mas será que essa é a referência que deveria ser utilizada em uma história permeada de

questões raciais? Após o processo e o luto do analista na escrita, ficou a reflexão quanto ao apagamento da história que, anteriormente, estava posta apenas na família adotiva, mas talvez esse processo tenha começado muito antes, quando eu escrevi uma história neutra e apresentei resistência ao incluir elementos da raça da criança e de sua família de origem. Possivelmente o apagamento do significante já estivesse posto aqui. Além de ser em formato de escrita coloquial europeia, porque que não poderia ter sido escrita em forma de rap ou cordel, algo que representaria muito mais sua origem e nossa cultura?

Outra questão que se tornou emergente, como já dito acima, foi o fato do nome "História que Cura" representar uma tendência e demanda de embranquecimento, como se uma profissional branca fosse capaz de curar uma perda, na maioria das vezes, não reparadora de uma criança com a família de origem. Por fim, reflito também sobre como o apagamento da história preta de P. tem relação com a história em nosso Brasil desde a época da invasão de colonizadores e estupros coletivos de mulheres e crianças. A história de P. como de muitas outras crianças acompanhadas por mim passa pelo processo do “não dito” como forma de esquecimento da história a priori e invenção de um conto onde o branco continua sendo o salvador. E, a partir disso, sigo meu trabalho junto a todos esses ensinamentos que esse caso pôde me trazer, para que essas histórias sejam minimamente lembradas e que essas crianças reconheçam a potência de suas origens sem vergonha de sua história anterior a chegada dos novos “colonizadores” do Brasil atual.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 26 de jul.2023.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10617803/artigo-23-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990>>. Acesso em: 26 de jul.2023.

BUTLER, Judith. The Psychic Life of Power. Stanford: Stanford University Press, 1997

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Diagnóstico sobre o sistema nacional de adoção 2020 e acolhimento. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/05/relat_diagnosticoSNA.pdf> Acesso em: 26 de jul.2023.

FANON, F. 2008. Pele negra, máscaras brancas Salvador: EDUFBA

FREUD, S. Obras completas - Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 15. p.46.

FREUD, S. Sobre o Narcisismo: uma introdução (1914). In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969. v. XVIII, p.166

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. Edição Standard Brasileiras das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1917

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Editora 34, 2006.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem políticoeconômica. In: MADEL, T. Luz (org.). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982c. p. 87-106.

LACAN, J. (1949) O estágio do espelho como formador da função do eu. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MARIA LUCIA DA SILVA. “Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros”. In: N.M.Kon, C. C. Abud e M.L.Silva (orgs). O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise. São Paulo. Perspectiva, 2017, p.84

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Orientações Técnicas. Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-

tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.

MUSATTI-BRAGA, A.P. Os muitos nomes de Silvana: contribuições clínico-políticas da psicanálise sobre mulheres negras. São Paulo, 2015.

NOGUEIRA, I. B. A cor do inconsciente: significações do corpo negro. I ed. São Paulo: Perspectiva, 2021

SANCHES, R. M *Conta de novo, mãe: histórias que ajudam a crescer*. São Paulo: Escuta, 2010.

SOUZA, N. S. 2021. Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social Rio de Janeiro: Zahar .